

Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil



RELATÓRIO FORMICT 2012

2013

**POLÍTICA DE PROPRIEDADE
INTELECTUAL DAS INSTITUIÇÕES
CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO
BRASIL**

BRASÍLIA
2013

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

DILMA VANA ROUSSEFF

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MICHEL TEMER

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MARCO ANTONIO RAUPP

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

ALVARO TOUBES PRATA

Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil



RELATÓRIO FORMICT 2012

2013

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B823p

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Política de propriedade intelectual das instituições científicas e tecnológicas do Brasil: relatório Formict 2012 – Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2013.

57 p.: il.

1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação I. Formict II. Título

CDU 347.77(062.535)

ENDEREÇO:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 3º ANDAR, SALA 374
TELEFONE (61) 2033-7809
CEP: 70067-900, BRASÍLIA – DF, BRASIL

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI) apresenta este relatório em atendimento à Lei de Inovação, com vistas a acompanhar a evolução da participação das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) no processo de inovação. A identificação dos resultados das ações realizadas pelas instituições se constitui no eixo de comunicação com as empresas e sociedade, além de evidenciar a evolução do plano de inovação do País.

Pela análise dos dados, as instituições poderão equalizar o padrão de funcionamento das estruturas existentes, verificar os estágios mais avançados de participação de ICT no processo de inovação e também diagnosticar os obstáculos que precisam ser superados. De forma geral, observa-se que as diversas iniciativas realizadas pelo Governo Federal no intuito de aproximar as ICT do setor empresarial têm apresentado bons resultados. Apesar de ainda serem grandes os desafios, observa-se que as instituições têm estado mais atentas à cultura de proteção das criações intelectuais e da transferência de tecnologia para o setor empresarial.

Para dar continuidade a esse processo, é essencial fomentar a construção de novas competências nos núcleos de inovação tecnológica, além de consolidar as já existentes. Incentivar a transversalidade nas ações, a proteção do conhecimento e a efetivação de contratos de transferência de tecnologia, potencializando, assim, o impacto dos resultados na sociedade. Há muito o que ser feito, mas os consideráveis avanços, comprovados nos indicadores desta publicação, vêm do compromisso das ICT no processo de inovação e de proteção do conhecimento.

O conhecimento agregado à inovação, quando bem gerenciado, se converte em bens e serviços comercializados com grande valor econômico para as empresas e, conseqüentemente, para o País. Nesse sentido, é importante utilizar o conhecimento da academia e dos institutos de pesquisa para contribuir para o ciclo virtuoso da inovação que o País precisa.

Alvaro Toubes Prata

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR NATUREZA JURÍDICA
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR PERFIL
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
TABELA 4 – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
TABELA 5 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO NIT POR SITUAÇÃO FUNCIONAL
TABELA 6 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO NIT POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL
TABELA 7 – QUANTIDADE DE ICT COM PEDIDO DE PROTEÇÃO NO ANO-BASE 2012
TABELA 8 – PROTEÇÕES REQUERIDAS X INSTITUIÇÃO SOLICITANTE X PAÍS
TABELA 9 – PROTEÇÕES CONCEDIDAS X INSTITUIÇÃO SOLICITANTE X PAÍS
TABELA 10 – TIPOS DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO REQUERIDOS
TABELA 11 – TIPOS DE PROTEÇÕES REQUERIDAS X SETOR ECONÔMICO
TABELA 12 – TIPOS DE PROTEÇÕES CONCEDIDAS X SETOR ECONÔMICO
TABELA 13 – COTITULARIDADE DAS PROTEÇÕES
TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA POR OBJETO
TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA POR EXCLUSIVIDADE
TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA POR OBJETO, MONTANTE E REGIÃO
TABELA 17 – RENDIMENTOS DOS CONTRATOS E GASTOS COM PROPRIEDADE INTELECTUAL EM 2012

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
GRÁFICO 2 – ATIVIDADES DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
GRÁFICO 3 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NIT
GRÁFICO 4 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES COM NIT EM IMPLEMENTAÇÃO E NÃO IMPLEMENTADO
GRÁFICO 5 – COMPARTILHAMENTO DO NIT
GRÁFICO 6 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS NIT
GRÁFICO 7 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS NIT
GRÁFICO 8 – PERFIL DAS ICT COM PEDIDO DE PROTEÇÃO NO ANO-BASE 2012
GRÁFICO 9 – ÍNDICE DE PROTEÇÃO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS PROTEÇÕES REQUERIDAS NO SETOR INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
GRÁFICO 12 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TECNOLOGIA
GRÁFICO 13 – MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA FIRMADOS EM 2012
GRÁFICO 14 – COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE ICT QUE RESPONDERAM O FORMICT
GRÁFICO 15 – COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
GRÁFICO 16 – COMPARATIVO DO ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT
GRÁFICO 17 – COMPARATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
GRÁFICO 18 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES COM PEDIDO DE PROTEÇÃO
GRÁFICO 19 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO
GRÁFICO 20 – COMPARATIVO DO MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA

FIGURA

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR ESTADO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS.....	12
3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	16
4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	19
4.1 Estágio de Implementação do NIT.....	19
4.2 Compartilhamento do NIT.....	20
4.3 Recursos Humanos do NIT.....	23
4.4 Atividades do NIT.....	24
5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	29
5.1 Instituições com Pedidos de Proteção.....	29
5.2 Análise dos Pedidos de Proteção.....	32
6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA.....	39
6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia.....	39
6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia.....	40
6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia.....	45
7. ANÁLISE COMPARATIVA 2009/2010/2011/2012.....	47
8. CONCLUSÃO.....	53
APÊNDICE.....	54

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados relativos ao ano-base 2012 fornecidos pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (FORMICT).

O formulário eletrônico, disponível na página www.mct.gov.br/formict, deve ser preenchido anualmente pelas ICT por determinação da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), que estabelece no artigo 17 que as ICT deverão enviar ao MCTI informações sobre sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Em 2013, o formulário esteve disponível para preenchimento de 25/01/2013 a 08/04/2013.

Para fins da Lei de Inovação, são consideradas ICT os órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. Embora não exista obrigatoriedade na Lei de Inovação para que instituições privadas apresentem informações, o cadastro voluntário por estas instituições integra a base de dados do MCTI e faz parte deste relatório.

No ano-base 2012, o formulário foi preenchido por 193 instituições. A Figura 1 apresenta a sigla das instituições que preencheram o FORMICT e os seus respectivos estados. A lista nominal dessas instituições encontra-se no Apêndice.

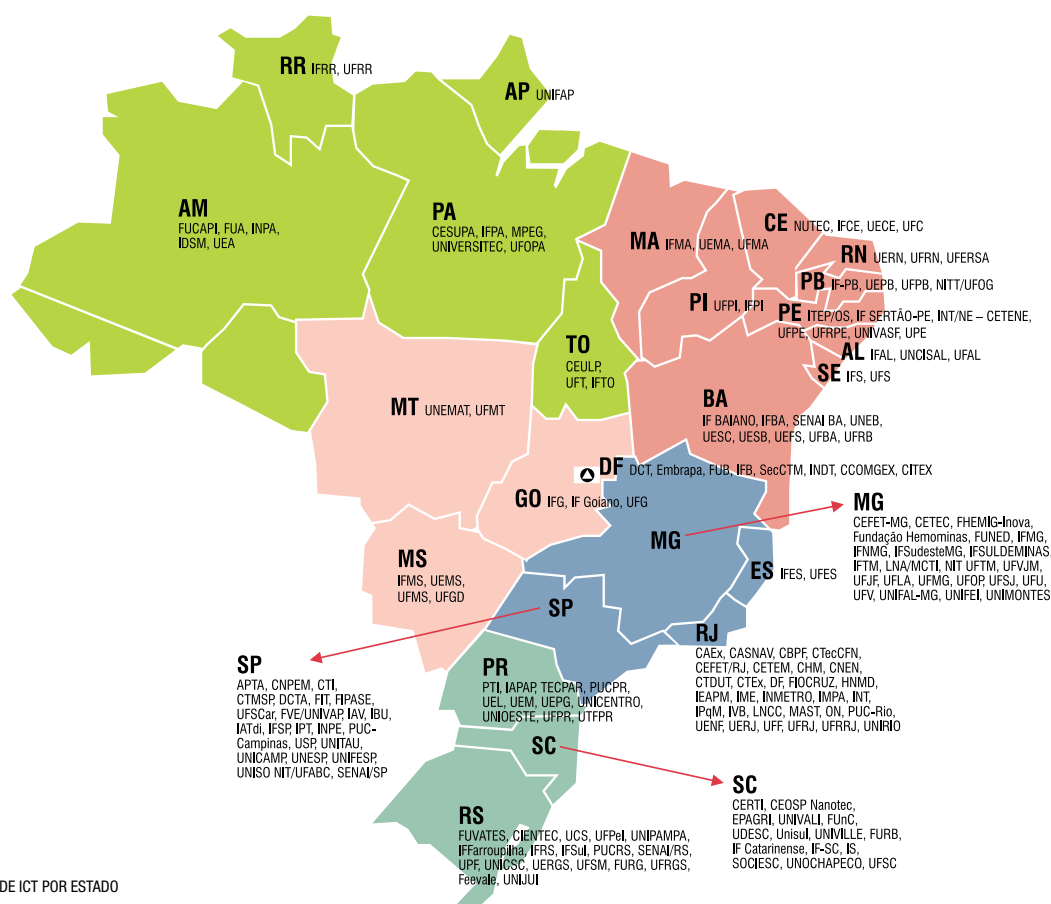


FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR ESTADO
FONTE: FORMICT/MCTI

2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Das 193 instituições que preencheram o FORMICT, 160 apresentaram-se como instituições públicas e 33 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 59,6% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 20,7%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 2,6%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 82,9% e o de instituições privadas, 17,1%.

Tabela 1 – Distribuição de ICT por natureza jurídica

Natureza da Instituição	Quantidade	%
Privada	33	17,1
Pública	160	82,9
Federal	115	59,6
Estadual	40	20,7
Municipal	5	2,6

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação aos perfis de ICT que preencheram o formulário, verificou-se que as Universidades Federais apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (27,4%), seguidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (14,5%), pelas Instituições de Ensino Superior Estaduais (11,9%) e pelos Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos (11,9%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 10%.

Tabela 2 – Distribuição de ICT por perfil

Perfil	Quantidade	%
Universidades Federais	53	27,4
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	28	14,5
Instituições de Ensino Superior Estaduais	23	11,9
Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos	23	11,9
Universidades e Centros Universitários Comunitários	12	6,2
Unidades de Pesquisa do MCTI	11	5,7
Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados	11	5,7
Fundações de Direito Público ou Privado	9	4,7
Universidades e Centros Universitários Privados	5	2,6
Centro de Educação Tecnológica	2	1,0
Outros possíveis	16	8,3
Total	193	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 43,1% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 21,9% informaram a região Nordeste e 17,5% informaram a região Sul. Localizadas nas regiões Centro-Oeste e Norte, apenas 10,0% e 7,5% respectivamente.

Em relação às instituições privadas, diferentemente das públicas, um número significativo informou sua localização na região Sul, correspondendo a 48,5%. Já as localizadas na região Sudeste correspondem a 30,3%, na região Nordeste a 6,1%, na região Norte 12,1% e na região Centro-Oeste a 3,0%, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição de ICT por região

Distribuição de ICT por Região				
Região	Pública	%	Privada	%
Sudeste	69	43,1	10	30,3
Sul	28	17,5	16	48,5
Centro-Oeste	16	10,0	1	3,0
Norte	12	7,5	4	12,1
Nordeste	35	21,9	2	6,1
Total	160	100	33	100

Fonte: FORMICT/MCTI

No gráfico 1, abaixo, é possível conferir o comparativo da distribuição de ICT entre as regiões, considerando instituições públicas e privadas.

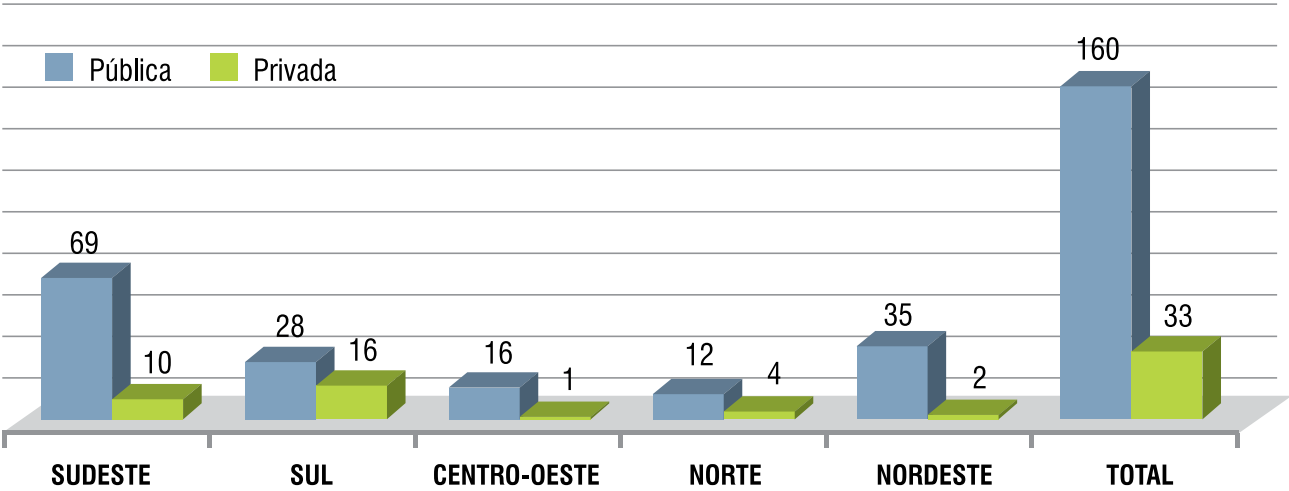


GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
FONTE: FORMICT/MCTI

3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

No que diz respeito à existência de uma política de inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 67,5% das instituições públicas e 75,8% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada.

Tabela 4 – Implementação da Política de Inovação

Política de inovação implementada	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	108	67,5	25	75,8	133	68,9
Não	52	32,5	8	24,2	60	31,1
Total	160	100	33	100	193	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que “Confidencialidade”, “Desenvolvimento de projetos de cooperação com terceiros” e “Acordos de Parcerias” foram as atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram “Licença sem remuneração para o pesquisador constituir empresa”, “Afastamento para prestar colaboração a outra ICT” e “Cessão de direitos sobre a criação para que o criador os exerça em seu nome”, conforme demonstra o Gráfico 2, na página seguinte.

■ Implementado ■ Não Implementado

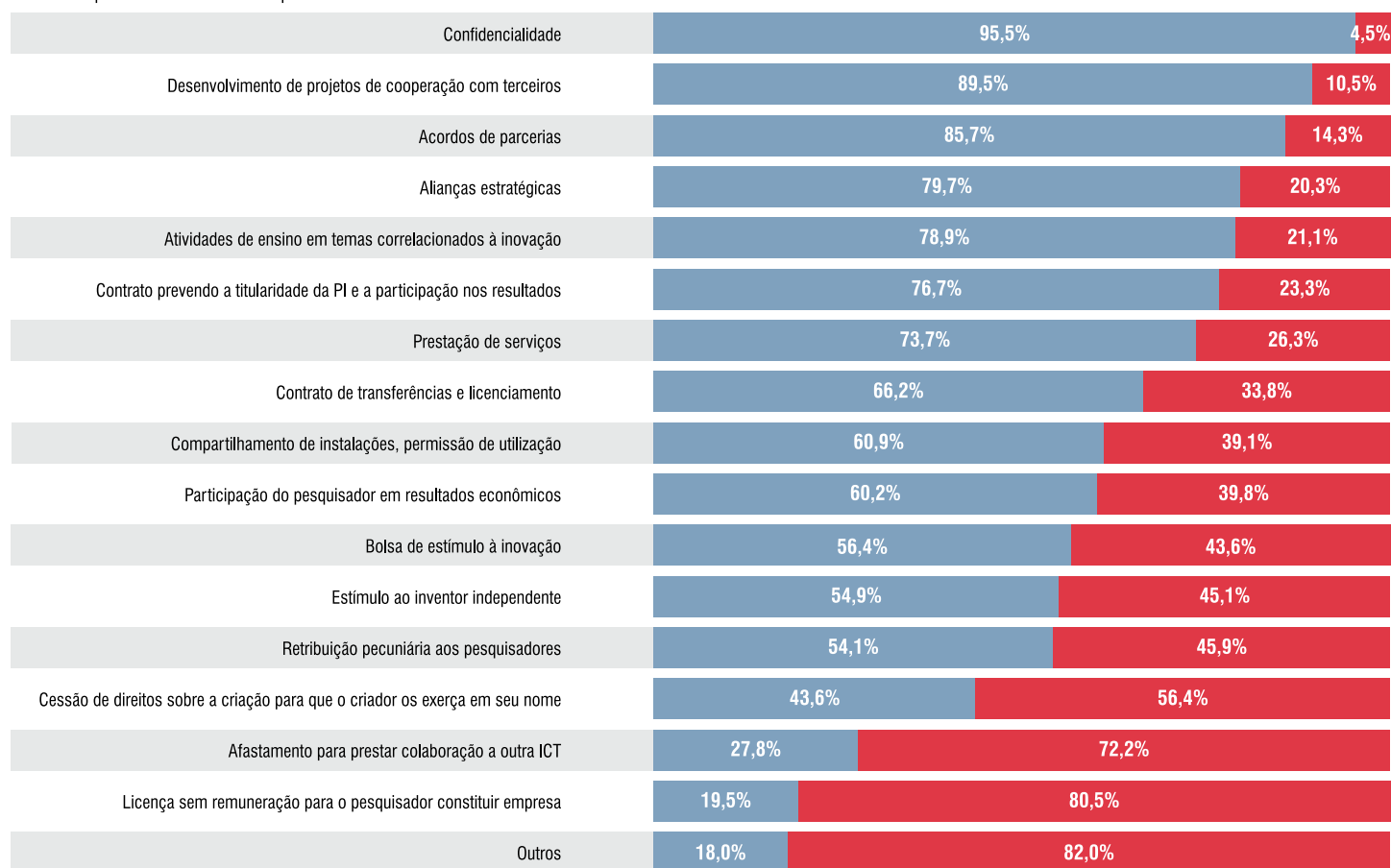


GRÁFICO 2 – ATIVIDADES DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Conforme estabelecido pelo art. 16 da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

I - Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;

III - Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;

IV - Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

4.1 Estágio de Implementação do NIT

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NITs, verificou-se que 122 instituições públicas (76,2%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 06 instituições públicas (3,8%) informaram que o NIT não está implementado e 32 instituições públicas (20%) informaram que está em fase de implementação.

Por parte das instituições privadas, 19 instituições (57,6%) informaram que possuem o NIT implementado, 07 instituições (21,2%) não possuem NIT implementado e 07 instituições (21,2%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação.

No cômputo geral, verificou-se que 141 instituições (73,1%), sejam essas públicas ou privadas, informaram que seus NITs estão implementados, 39 instituições (20,2%) informaram que o NIT está em fase de implementação e 13 (6,7%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 3.

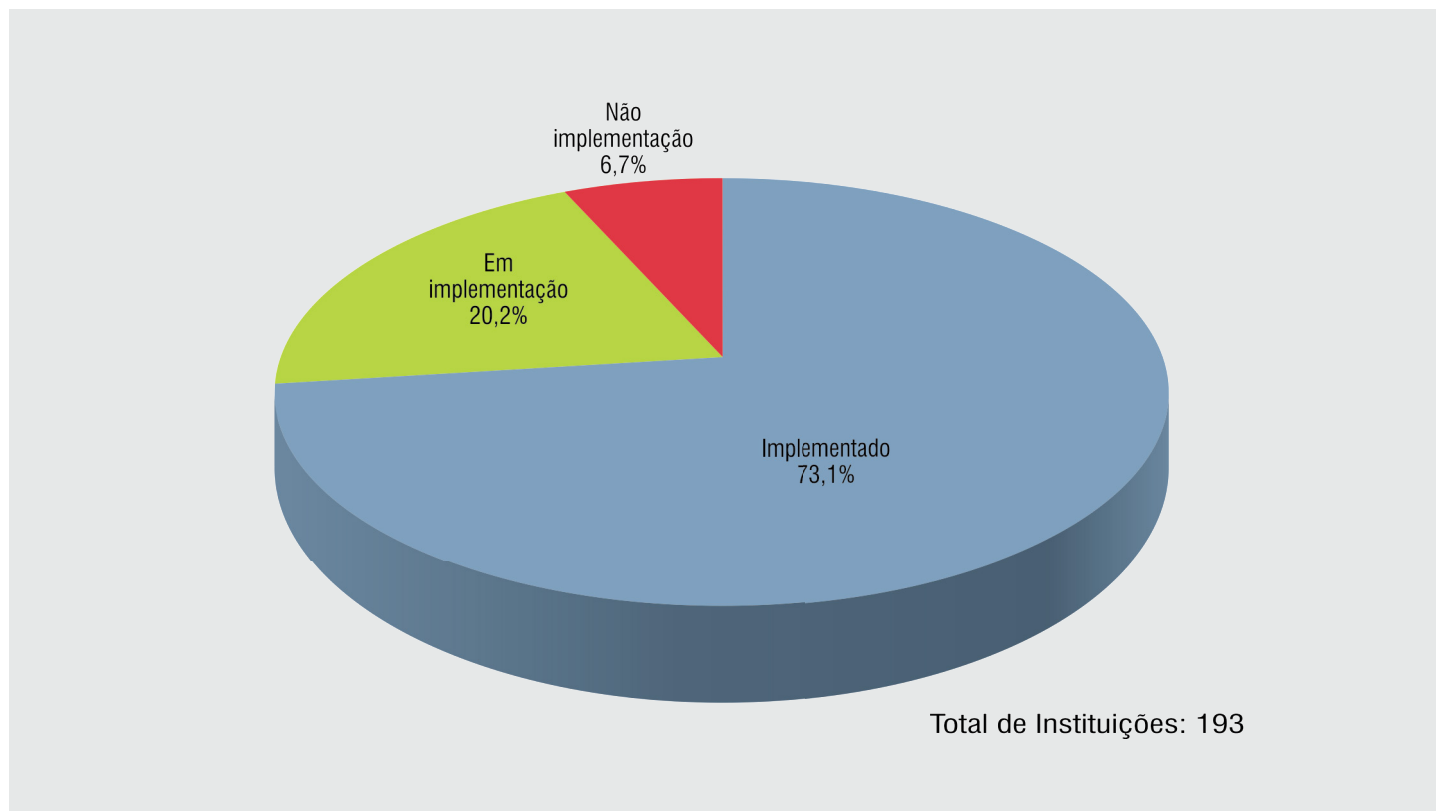


GRÁFICO 3 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NIT
FONTE: FORMICT/MCTI

4.2 Compartilhamento do NIT

Com relação às 52 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado, verificou-se o seguinte perfil: 11 Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC, 10 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 06 Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados, 04 Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos, 04 Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP, 03 Universidades e Centros Universitários Comunitários, 03 Fundações de Direito Público ou Privado, 01 Instituição de Ensino Superior Estadual, 01 Universidade e Centro Universitário Privado, 01 Centro de Educação Tecnológica e 08 Outros.

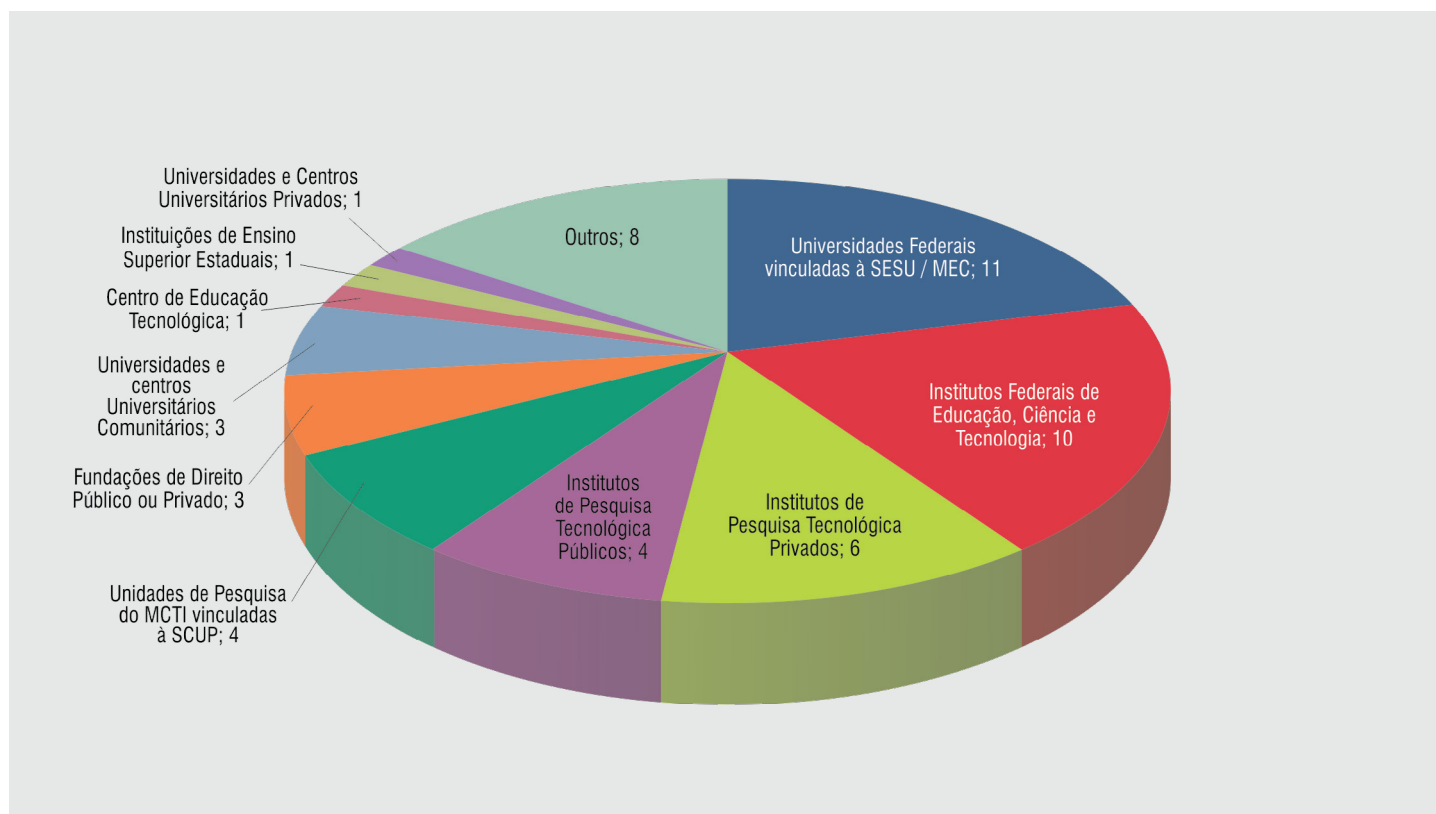


GRÁFICO 4 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES COM NIT EM IMPLEMENTAÇÃO E NÃO IMPLEMENTADO
 FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 131 instituições públicas (85,1%) informaram que o NIT é exclusivo e 23 instituições públicas informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições (14,9%). Apenas 01 instituição privada (3,9%) informou que o NIT é compartilhado e 25 instituições privadas informaram que o NIT é exclusivo (96,2%).

No total, verificou-se que 156 instituições (86,7%), sejam essas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo 24 instituições (13,3%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Os seguintes NITs compartilhados foram citados pelas ICT:

- **NIT-RIO:** Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Observatório Nacional (ON), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

- **NIT Amazônia Oriental:** Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

- **NIT Mantiqueira:** Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Associação Brasileira de Luz

Síncrotron (ABTLuS), Centro de Tecnologia Werrher von Braun e Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE).

- **NIT-MB:** Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (Secctm), Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) e Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN).

- **NIT-DCTA:** Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Estudos Avançados (IEAv), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG).

- **NIT-DCT:** Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEx), Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), Centro Tecnológico do Exército (CTEx), Centro de Avaliações do Exército (CAEx), Instituto Militar de Engenharia (IME), Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) e Diretoria de Fabricação (DF).

- **Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA):** o NIT da APTA e seis Institutos de Pesquisa (Agrônomo, Biológico, Economia Agrícola, Pesca, Zootecnia e Tecnologia de Alimentos).

- **Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc):** demais unidades da Sociesc.

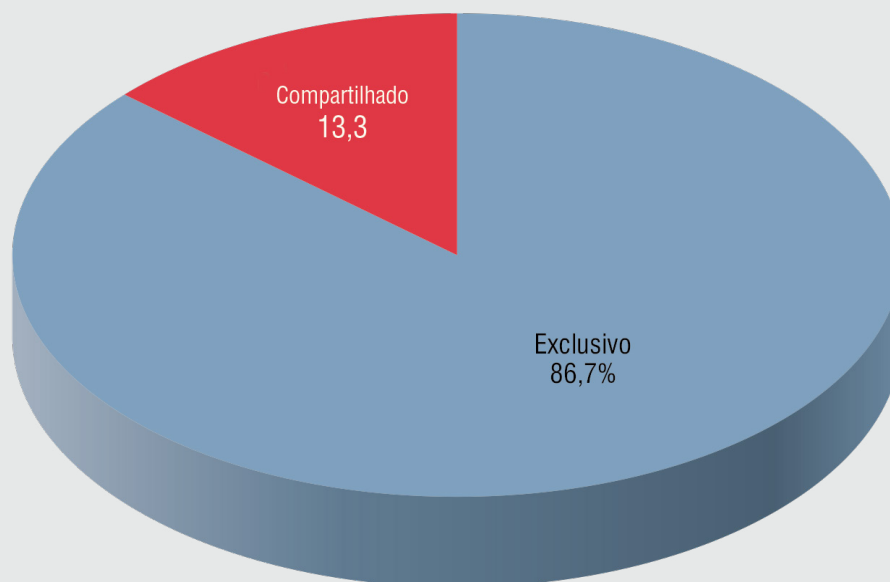


GRÁFICO 5 – COMPARTILHAMENTO DO NIT
FONTE: FORMICT/MCTI

4.3 Recursos Humanos do NIT

Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NITs, verificou-se o total de 1706 profissionais atuantes nos Núcleos, sendo que 60% são servidores e funcionários, os bolsistas representam 19,7%, os estagiários representam 8,5%, os terceirizados correspondem a 7,1% e outros representam 4,7% dos profissionais.

Tabela 5 – Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional

Função - NIT	Quantitativo	%
Servidores/Funcionários	1024	60,0
Bolsistas	336	19,7
Estagiários	145	8,5
Terceirizados	121	7,1
Outros	50	4,7
Total	1706	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação à formação dos profissionais que atuam no NIT, verificou-se que engenheiros, físicos e químicos representam 25,0%, administradores e economistas representam 16,4%, profissionais com formação jurídica representam 11,5%, os biólogos representam 6,5%, os profissionais de comunicação social representam 4,6% e outras formações representam 35,9%.

Tabela 6 – Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional

Formação – NIT	Quantitativo	%
Engenharia, Química, Física	427	25,0
Administração/Economia	280	16,4
Direito	196	11,5
Ciências Biológicas	111	6,5
Comunicação Social	79	4,6
Outros	613	35,9
Total	1706	100

Fonte: FORMICT/MCTI

4.4 Atividades do NIT

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

I - Essenciais (conforme o parágrafo único do art. 16 da Lei de Inovação);

II - Complementares.

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilou entre 48,9% e 76,1%, destas, as que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (76,1%);
- Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (72,2%);
- Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (68,9%).

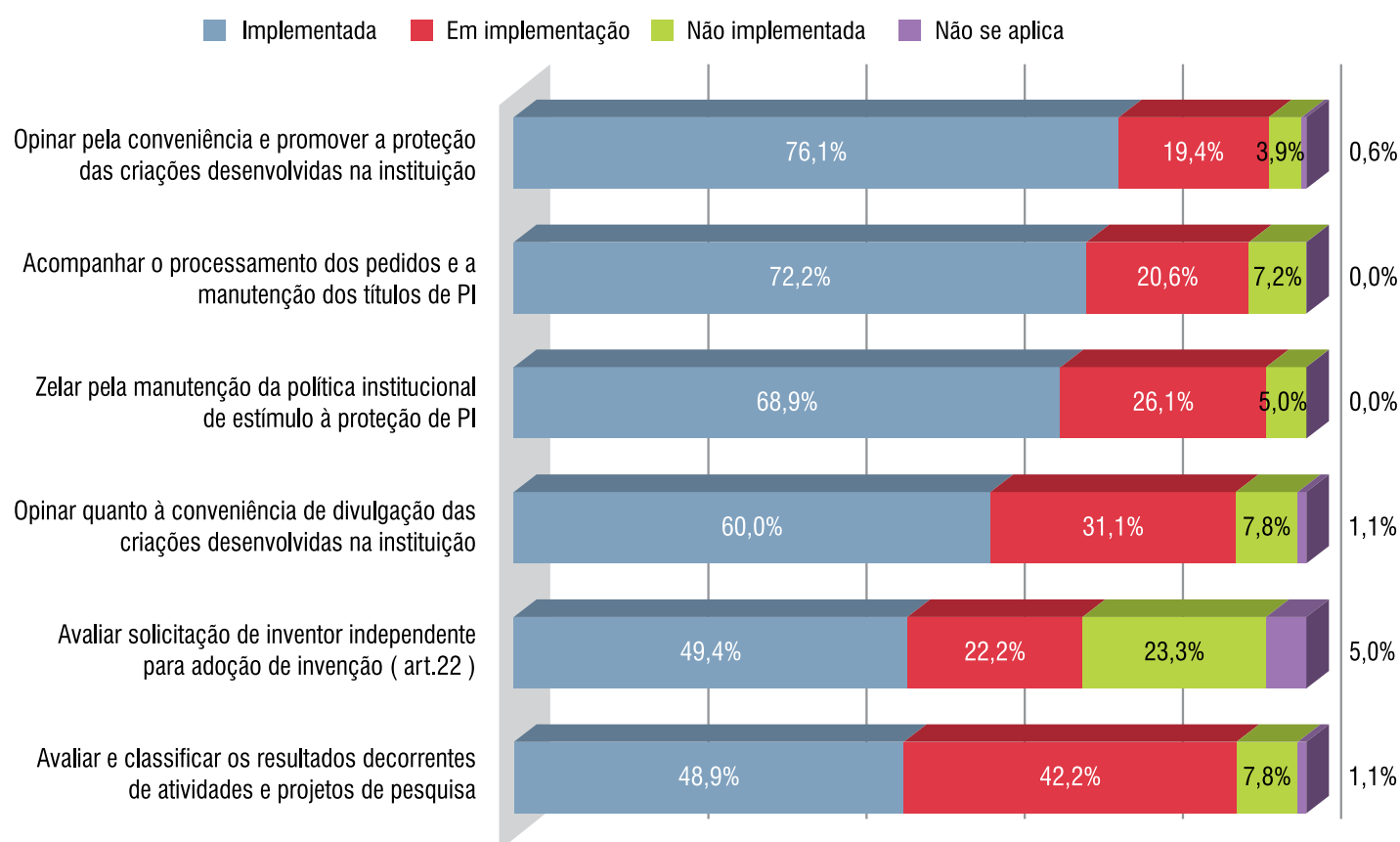


GRÁFICO 6 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DO NIT
FONTE: FORMICT/MCTI

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 14,4% e 65,6%, dessas, as atividades que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Política de Confidencialidade (65,6%);
- Capacitação realizada pelo NIT (65%);
- Eventos (62,8%);
- Relacionamento com empresas (60,6%);
- Orientação aos pesquisadores (60%).

As atividades complementares que tiveram menores índices de implementação foram:

- Inovação em marketing (9,4%);
- Valoração de tecnologia (16,7%);
- Avaliação econômica dos inventos (18,9%);
- Inovação organizacional (19,4%);
- Cadastro de oferta e demanda (20%).

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em implementação” das atividades mencionadas abaixo:

- Cadastro de oferta e demanda (50,6%);

- Avaliação econômica dos inventos (44,4%);

- Valoração da tecnologia (43,3%).

Na opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades abaixo apresentaram maiores índices nesse quesito:

- Inovação em marketing (6,7%);

- Inovação organizacional (5%);

- Inovação social (5%);

- Atendimento à comunidade (5%).

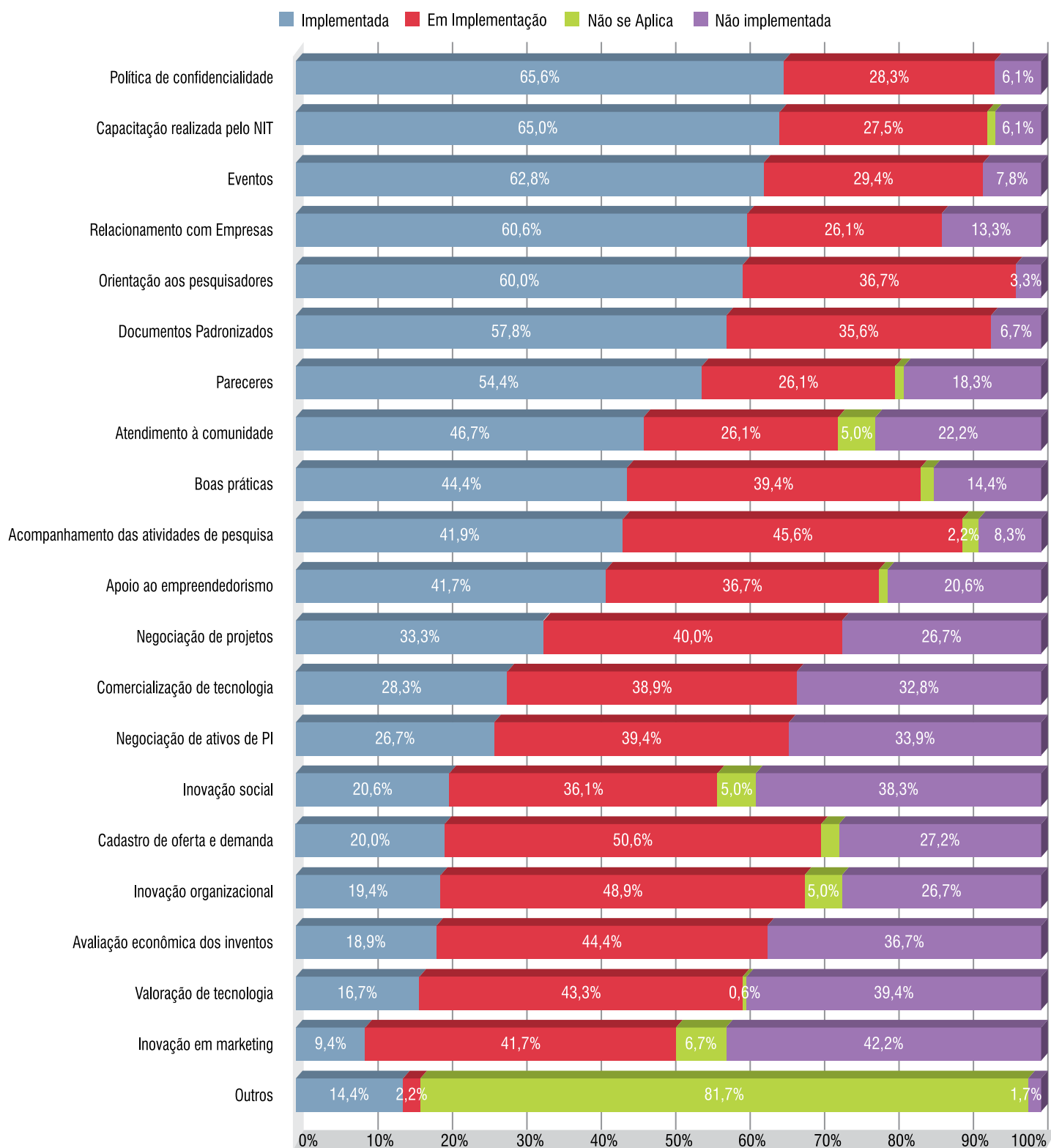


GRÁFICO 7 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO NIT
 FONTE: FORMICT/MCTI

5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A proteção da propriedade intelectual das ICT é estimulada pela Lei de Inovação, como forma de incrementar a produção tecnológica nessas instituições, bem como permitir um maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

5.1 Instituições com Pedidos de Proteção

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 70% (112 Instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano-base de 2012, outros 30% (48 Instituições) informaram que não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 66,7% (22 Instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 33,3% (11 Instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2012.

Tabela 7 – Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano-base 2012

Possui Pedido de Proteção	Público	%	Privado	%	Total	%
Sim	112	70,0	22	66,7	134	69,4
Não	48	30,0	11	33,3	59	30,6
Total	160	100	33	100	193	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação às 59 instituições que não possuem pedido de proteção requeridos ou concedido no ano-base 2012, verificou-se o seguinte perfil: 14 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 08 Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC, 08 Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos, 06 Instituições de Ensino Superior Estaduais, 05 Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados, 04 Universidades e Centros Universitários Comunitários, 03 Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP, 02 Fundações de Direito Público ou Privado, 01 Centro de Educação Tecnológica, 01 Universidade ou Centro Universitário Privado e 07 Outros.

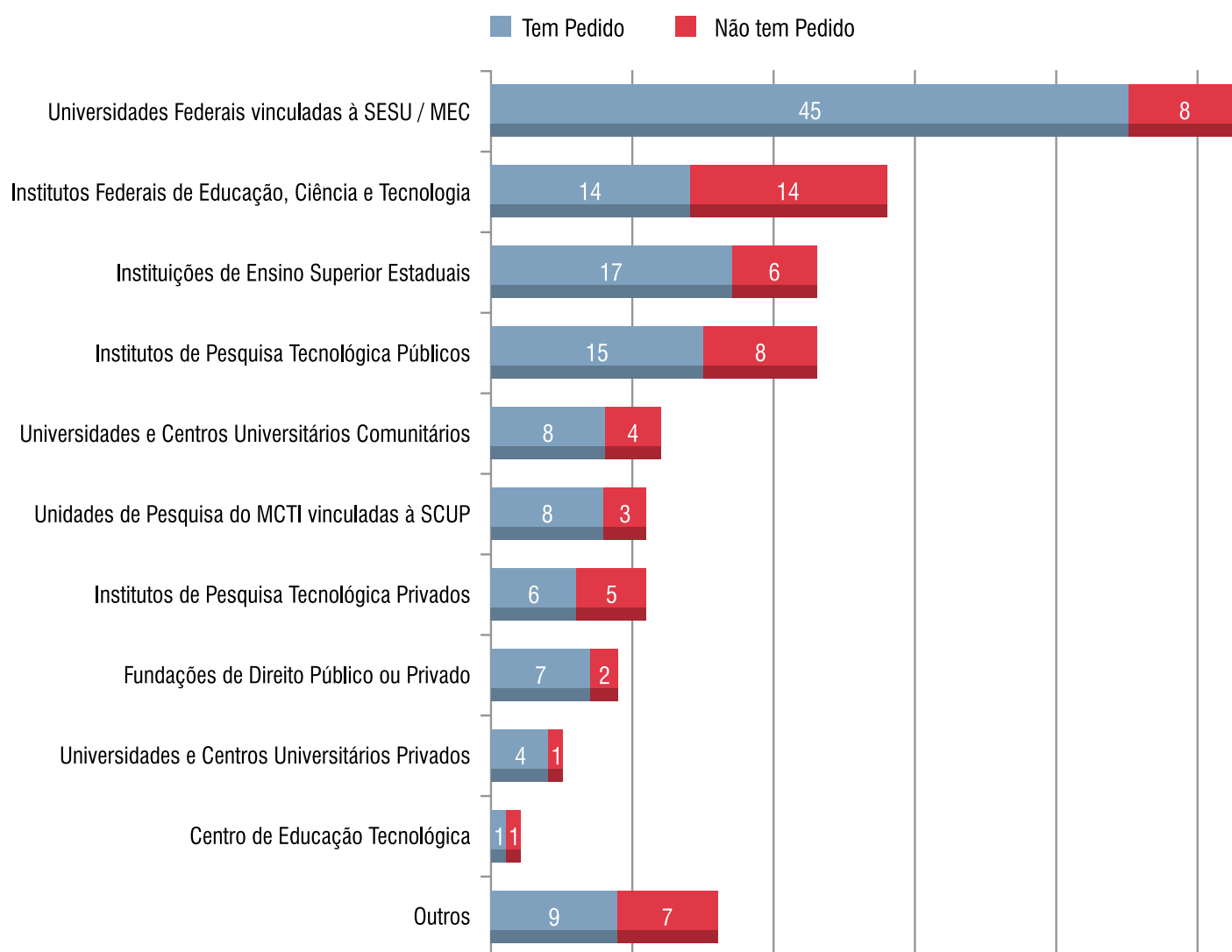


GRÁFICO 8 – PERFIL DAS ICT COM PEDIDO DE PROTEÇÃO NO ANO-BASE 2012
 FONTE: FORMICT/MCTI

Conforme informações recebidas por meio do FORMICT, verificou-se que 109 instituições públicas foram responsáveis pelo total de 1558 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que 22 instituições foram responsáveis pelo total de 211 pedidos de proteção requeridos, totalizando 1769 pedidos de proteção requeridos.

De posse das informações comentadas acima, buscou-se trabalhar com um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção e o quantitativo das instituições (com pedidos de proteção requerida), conforme apresentado na fórmula abaixo:

$$\frac{\Sigma \text{ Quant. pedidos de proteção requerida}}{\Sigma \text{ Quant. instituições com pedidos de proteção requerida}}$$

Por meio desse indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 9,6 pedidos de proteção requeridos por instituição (211/22 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições públicas apresentaram o índice de 14,3 pedidos de proteção requeridos por instituição (1558/109 instituições com pedidos de proteção requeridos), conforme demonstra o Gráfico 9.

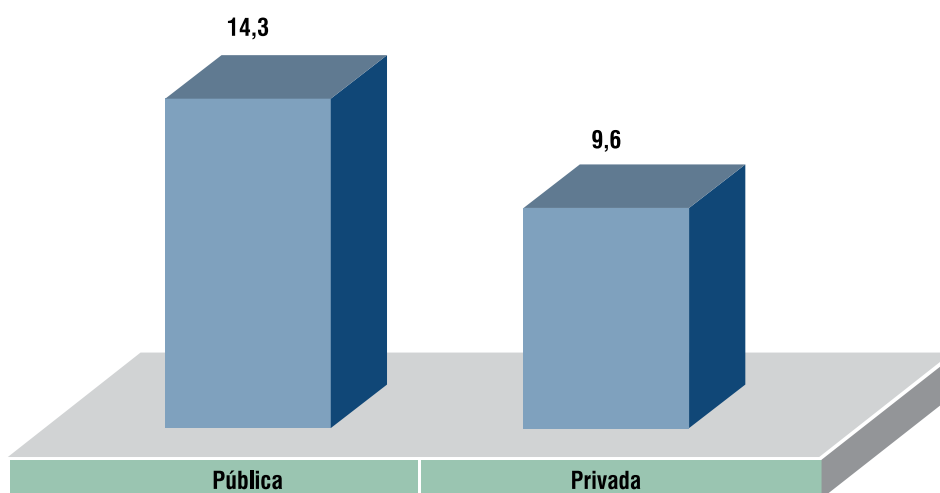


GRÁFICO 9 – ÍNDICE DE PROTEÇÃO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO
FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação às proteções concedidas, 32 instituições públicas tiveram 156 pedidos de proteção concedidos em 2012 e 09 instituições privadas obtiveram 51 pedidos concedidos, totalizando 207 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

5.2 Análise dos Pedidos de Proteção

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de propriedade intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam estas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 90,8% de seus pedidos de proteções requeridas ocorreram no Brasil, apenas 7,7% dos pedidos de proteções requeridas ocorreram no exterior e 1,5% em ambos (Brasil e exterior). Em relação às instituições privadas, 86,7% dos pedidos ocorreram no Brasil; 13,3% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país

Proteções Requeridas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1414	90,8	183	86,7	1597	90,3
Exterior	121	7,7	28	13,3	149	8,4
Brasil/Exterior	23	1,5	0,00	0,00	23	1,3
TOTAL	1558	100	211	100	1769	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 78,2% de seus pedidos de proteções concedidos ocorreram no Brasil, apenas 21,8% dos pedidos de proteções concedidos ocorreram no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

Referente às instituições privadas, 86,3% dos pedidos foram concedidos no Brasil; 13,7% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

No total, 80,2% destes foram concedidos no Brasil, 19,8% foram concedidos no exterior e nenhum pedido em ambos.

Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país

Proteções Concedidas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	122	78,2	44	86,3	166	80,2
Exterior	34	21,8	07	13,7	41	19,8
Brasil/Exterior	0	0,00	0	0,0	0	0,00
TOTAL	156	100	51	100	207	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1 159 são patentes de invenção, 239 são relativos a programa de computador, 221 são de registro de marca, 61 são de modelo de utilidade, 37 de são desenho industrial, 33 são de proteção de cultivar, 04 são de direito autoral e 15 correspondem a outros tipos de proteção.

Tabela 10 – Tipos de pedidos de proteção requeridos

Tipo de pedido	Quant.
Patente de Invenção	1 159
Programa de Computador	239
Registro de Marca	221
Modelo de Utilidade	61
Desenho Industrial	37
Proteção de Cultivar	33
Direito Autoral	4
Outros	15
TOTAL	1 769

Fonte: FORMICT/MCTI

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para esse último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 11 – Tipos de proteções requeridas x setor econômico

Proteções requeridas												
SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	8	2	117 (117÷1769) 6,6%	23	0	33	14	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1	0	15	1	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	21	20	644 (644÷1769) 36,4%	5	0	0	5	0	0	0	0	9
ELETRICIDADE E GÁS	0	0	34	4	0	0	0	0	0	0	0	3
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	7	0	20	0	0	0	1	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	3	1	9	0	0	0	1	0	0	0	0	0
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	6	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	1	33	117	0	0	33	0	1	0	2	1
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	5	6	115 (115÷1769) 6,5%	54	0	0	46	0	1	0	0	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	1	2	0	0	4	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	7	5	0	0	4	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	0	3	4	19	0	0	84	0	0	0	2	1
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	8	1	128 (128÷1769) 7,2%	7	0	0	15	0	1	0	0	1
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	2	0	0	0	5	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	61	37	1159 (1159÷1769) 65,5%	239	0	33	218	0	3	0	4	15
MU – Modelo de Utilidade DI – Desenho Industrial PI – Patente de Invenção PC – Programa de Computador TCI – Top. Circuitos Integrados CPC – Cert. Proteção de Cultivar RMPS – Reg. Marca, Produtos e Serviços RMCo – Reg. Marca Coletiva RMCe – Reg. de Marca de Certificação RIG – Reg. Indicação Geográfica RDA – Reg. Direitos Autorais OU – Outros												

Fonte: MICT/MCTI

Dentre os resultados identificados na análise das proteções requeridas, cabe mencionar o número expressivo de patentes de invenção. Estes corresponderam a 1159 pedidos, o que representa 65,5% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por esse tipo de proteção foram: Indústria de Transformação 36,4% (644 pedidos), Saúde Humana e Serviços Sociais 7,2% (128 pedidos), Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura 6,6% (117 pedidos) e Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas 6,5% (115 pedidos).

Das proteções requeridas no setor Indústrias de Transformação, destacam-se as patentes de invenção nas seguintes áreas: Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos 11,9% (210 pedidos), Fabricação de Produtos Químicos 7,6% (134 pedidos), Fabricação de Produtos Diversos 4,3% (76 pedidos), Fabricação de Máquinas e Equipamentos 2,9% (52 pedidos), Fabricação de Produtos Alimentícios 1,6% (29 pedidos), Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis 1,5% (26 pedidos), Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos 1,4% (25 pedidos), conforme demonstra o Gráfico 10.

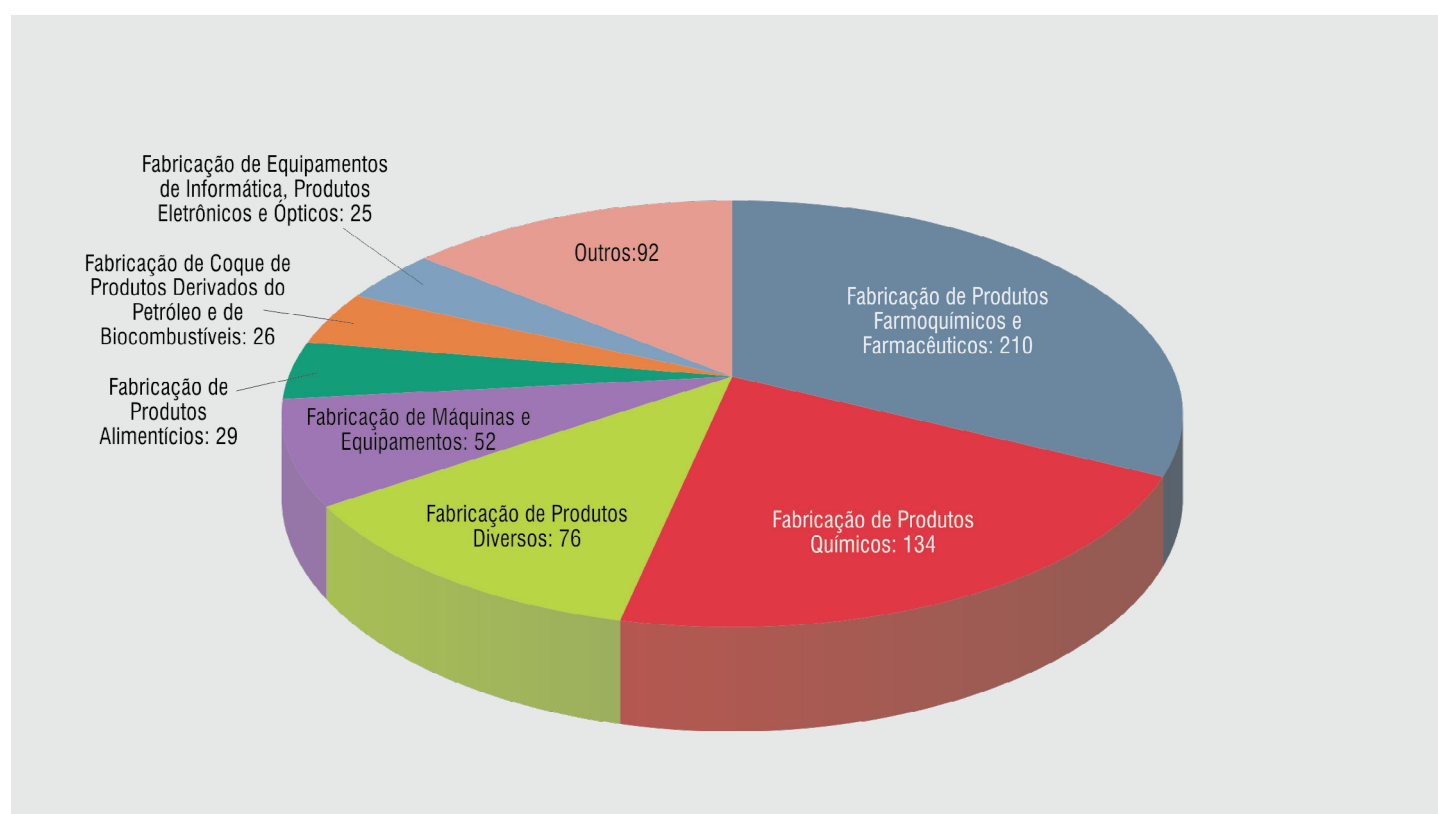


GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS PROTEÇÕES REQUERIDAS NO SETOR INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação às proteções concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi patente de invenção, representando 35,3% do total (73 proteções concedidas).

Verificou-se uma incidência significativa de registros concedidos de marca de produtos e serviços, representando 32,4% (67 registros concedidos) do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como: Educação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Informação e Comunicação e Outros.

Tabela 12 – Tipos de proteções concedidas x setor econômico

Proteções concedidas												
SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMC _o	RMC _e	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCÁ E AQUICULTURA	1	0	9	1	0	11 (11÷207) (5,3%)	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	2	1	36 (36÷207) (17,4%)	0	0	0	3	0	0	0	0	0
ELETRICIDADE E GÁS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	0	21 (21÷207) (10,1%)	0	0	10	0	0	0	4	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	0	0	2	12	0	0	19	0	0	0	1	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	0	1	0	1	0	0	27	0	0	0	0	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	2	1	23	2	0	0	2	0	0	0	0	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	5	73 (73÷207) 35,3%	39 (39÷207) 18,8%	0	11	67 (67÷207) 32,4%	1	0	1	5	0
MU – Modelo de Utilidade DI – Desenho Industrial PI – Patente de Invenção PC – Programa de Computador TCI – Top. Circuitos Integrados CPC – Cert. Proteção de Cultivar RMPS – Reg. Marca, Produtos e Serviços RMC _o – Reg. Marca Coletiva RMC _e – Reg. de Marca de Certificação RIG – Reg. Indicação Geográfica RDA – Reg. Direitos Autorais OU – Outros												

Fonte: FORMICT/MCTI

Tabela 13 – Cotitularidade das proteções

Proteções	Requerida						Concedida					
	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total	%
Com Cotitularidade	470	30,2	23	10,9	493	27,9	34	21,8	02	3,9	36	17,4
Sem Cotitularidade	1088	69,8	188	89,1	1276	72,1	122	78,2	49	96,1	171	82,6
Total	1558	100	211	100	1769	100	156	100	51	100	207	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que estes representaram 72,1% das proteções requeridas e 82,6% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 27,9% das proteções requeridas e 17,4% das proteções concedidas.



6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA

O art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICT constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nestas instituições, que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia; o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e por fim, o pagamento de *royalties* ou prêmios para a ICT.

6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia

De acordo com as informações recebidas por meio do FORMICT, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 46 instituições informaram possuir contratos firmados em 2012, sendo 36 instituições públicas e 10 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2012, 124 são instituições públicas e 23 são instituições privadas, totalizando 147 instituições.

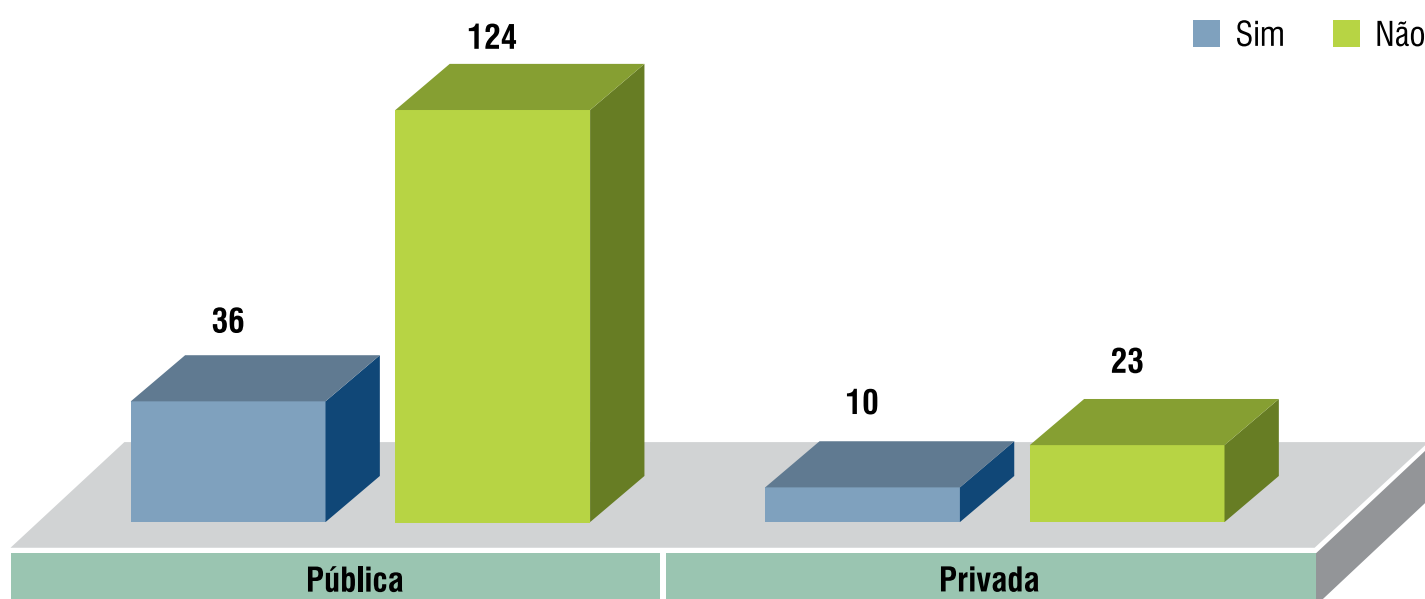


GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
FONTE: FORMICT/MCTI

Das 46 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada pelas Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC, sendo 16 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por: 02 Fundações de Direito Público ou Privado, 05 Instituições de Ensino Superior Estaduais, 04 Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados, 07 Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos, 02 Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP, 04 Universidades e Centros Universitários Comunitários, 03 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Universidades ou Centros Universitários Privados e 01 Outro.

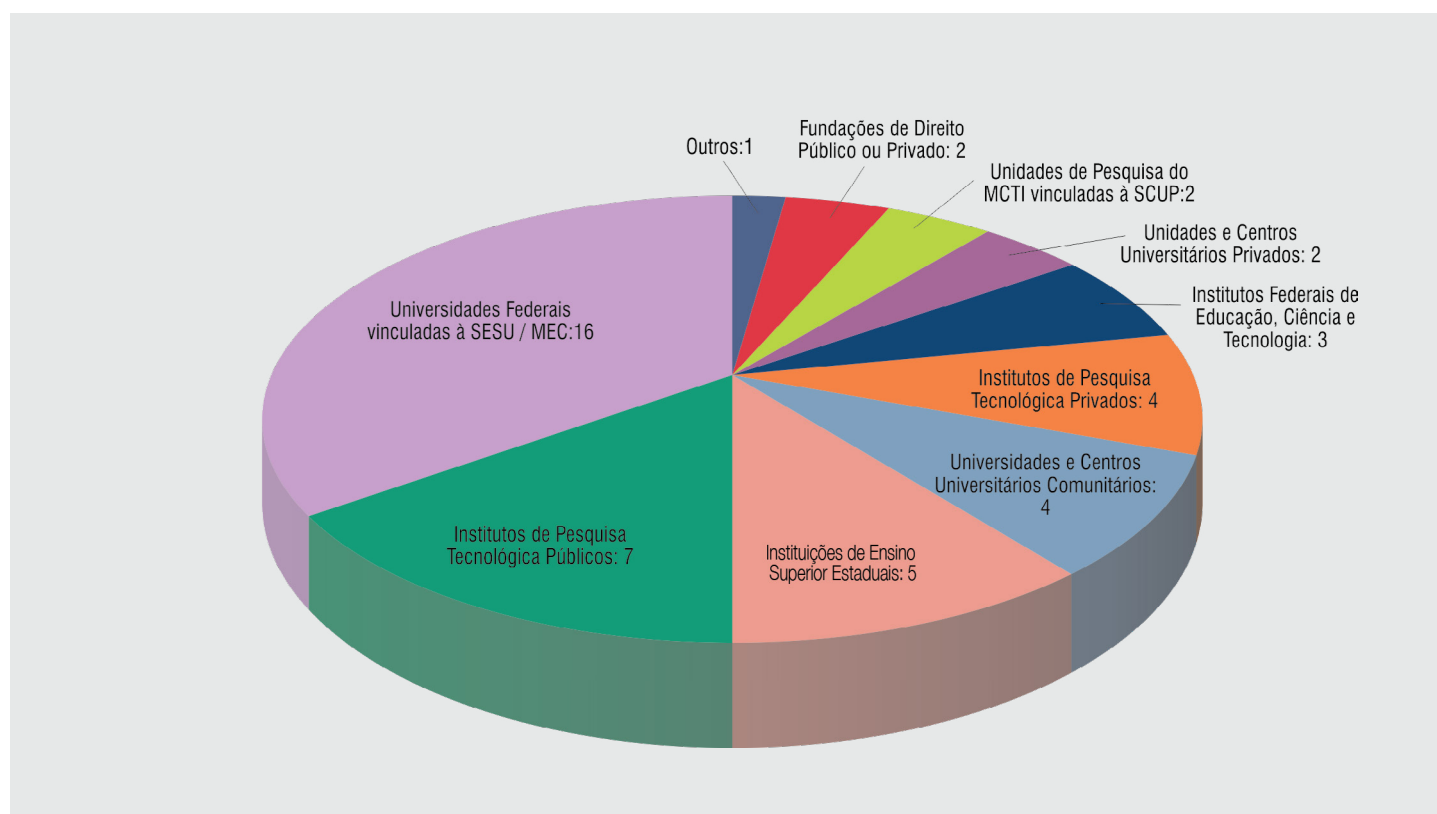


GRÁFICO 12 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TECNOLOGIA
 FONTE: FORMICT/MCTI

6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia

Foram contabilizados 1372 Contratos de Tecnologia, sendo 62,0% Contratos para Exploração/Licenciamento de Patente; 12,3% Contratos de Transferência de Tecnologia; 10,4% Contratos ou convênios de transferência de tecnologia ou de resultados da P&D; 1,8% Contratos de licenciamento de direitos de propriedade intelectual; 3,6% Contratos de Cotitularidade; 1,4% Contratos ou convênios de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa; 1,2% Acordos de Transferência de Material Biológico; 0,9% Contratos de Transferência

de *Know How*; 0,9% Contratos ou convênios de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação e 5,5% Outros.

Tabela 14 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto

Objeto	Quantidade	%
Contrato para Exploração/Licenciamento de Patente	850	62,0
Contrato de Transferência de Tecnologia	169	12,3
Contrato ou convênio de Transferência de Tecnologia ou de resultados da P&D (Tem por objeto conhecimentos tecnológicos e/ou técnicas não amparadas por títulos de propriedade intelectual, destinados à produção agropecuária, produção de bens industriais e serviços.)	143	10,4
Contrato de Cotitularidade	49	3,6
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual	25	1,8
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa	19	1,4
Acordo de Transferência de Material Biológico	16	1,2
Contrato de Transferência de <i>Know How</i>	13	0,9
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação	12	0,9
Outros	76	5,5
TOTAL	1372	100

Fonte: FORMICT/MCTI

As instituições públicas foram responsáveis por 257 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT possa negociar a mesma tecnologia com outras empresas, 989 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção, e 27 contratos *Com Exclusividade*. As instituições privadas foram responsáveis por 13 contratos *Sem Exclusividade*, 19 contratos de *Outras Formas* e 67 contratos *Com Exclusividade*.

Tabela 15 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade

Contratos	Públicas	Privadas	Total
Sem Exclusividade	257	13	270
Outras Formas	989	19	1008
Com Exclusividade	27	67	94
TOTAL	1273	99	1372

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia, a região Sul foi a que apresentou o maior montante, R\$ 170,6 milhões oriundos de 313 contratos, já a região Centro-Oeste, apesar de apresentar o maior número de contratos, 828, esses corresponderam a um montante inferior ao da região Sul, R\$ 15,4 milhões, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região.

Objeto	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Nordeste		Norte	
	Quant.	Valor R\$ mil	Quant.	Valor R\$ mil	Quant.	Valor R\$ mil	Quant.	Valor R\$ mil	Quant.	Valor R\$ mil
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual	6	3.165,4	18	563,5	0	0,0	1	0,0	0	0,00
Contrato de transferência de tecnologia	139	14.372,0	27	25.876,7	1	6.006,3	2	1.900,0	0	0,0
Contrato ou convênio de transferência de tecnologia ou de resultados da P&D	121	142.194,4	21	47.151,6	1	0,0	0	0,0	0	0,0
Acordo de Transferência de Material Biológico	3	0,0	13	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato de Cotitularidade	13	1,3	35	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0
Contrato de Transferência de <i>Know How</i>	5	147,2	7	594,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato para Exploração/Licenciamento de Patente	2	0,00	15	38,6	825	9.401,2	7	112,8	1	0,0
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação	1	15,0	11	18,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa	6	7.577,3	11	0,0	0	0,0	2	0,0	0	0,0
Outros	17	3.136,9	59	23.012,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	313	170.609,8	217	97.255,4	828	15.407,5	13	2.012,8	1	0,0

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia firmados por instituições públicas em 2012, este alcançou o montante de R\$ 182,9 milhões, prevalecendo a realização de contratos *Sem Exclusividade*, totalizando aproximadamente R\$ 109,8 milhões. Com relação aos contratos de *Outras Formas*, verificou-se o valor de R\$ 55,8 milhões, já os contratos *Com Exclusividade* chegaram ao valor de R\$ 17,2 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$ 102,3 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Sem Exclusividade* contabilizaram R\$ 53,9 milhões dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Com Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 48,1 milhões e mais de R\$ 215,8 mil de *Outras Formas*.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$ 285,2 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que desses, 39% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados *Sem Exclusividade*, enquanto que os recursos relativos a contratos *Com Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 6% e *Outras Formas* de contrato representaram 20% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Sem Exclusividade* representaram 19% do valor total, *Outras Formas* de contratos representaram 0%, já os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 17% do total, conforme demonstra o Gráfico 13.

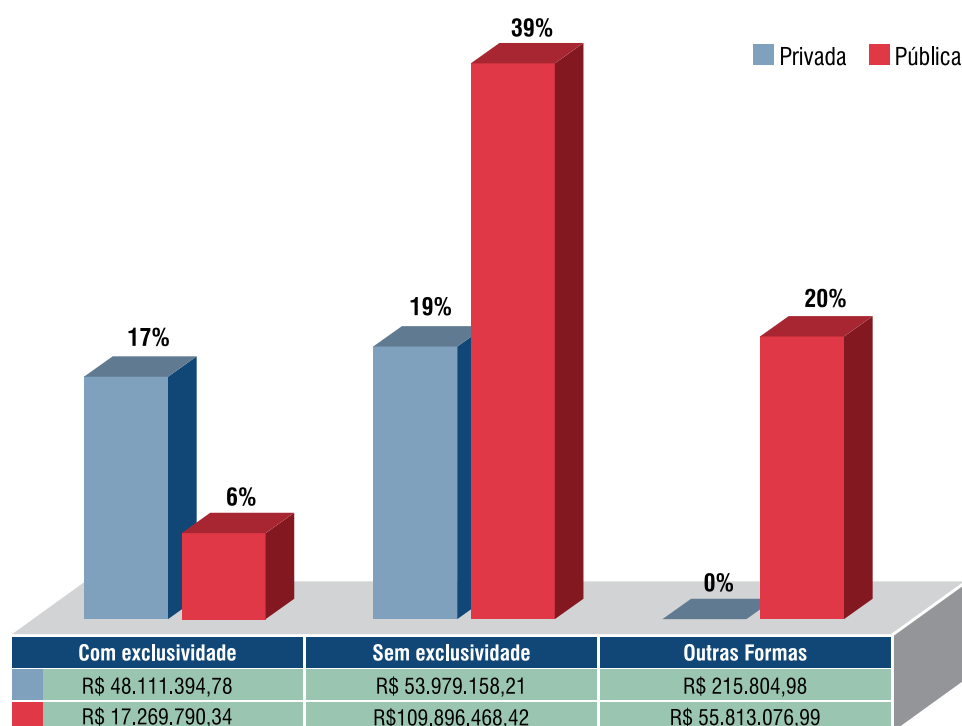


GRÁFICO 13 – MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA FIRMADOS EM 2012
 FONTE: FORMICT/MCTI

6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no ano-base 2012 e que geraram recursos em 2012 ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2012.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$ 49,7 milhões de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram R\$ 71,9 milhões de rendimentos.

Referente aos gastos que as instituições tiveram em 2012 com registros e manutenção de proteções de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de R\$ 5,5 milhões e as instituições privadas R\$ 1,0 milhão.

Tabela 17 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2012

Recursos	Valores(R\$)	
	Público	Privado
Rendimentos no ano percebidos na Transferência de tecnologia	49.795.738,63	71.972.739,02
Gastos com registros e manutenção da PI	5.532.700,96	1.069.120,93

Fonte: FORMICT/MCTI

7. ANÁLISE COMPARATIVA 2009/2010/2011/2012

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICT nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um crescimento do quantitativo de instituições que responderam o formulário, conforme demonstrado no Gráfico 14. No ano-base 2012, verificou-se que 193 instituições preencheram o formulário, representando um crescimento de 9,6% em relação ao ano anterior.

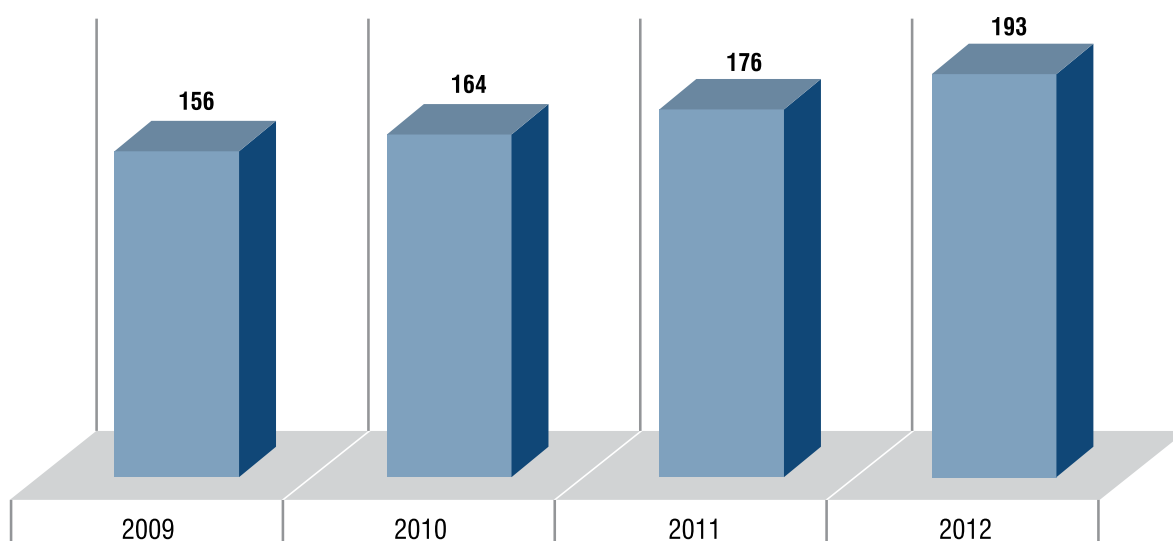


GRÁFICO 14 – COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE ICT QUE RESPONDERAM O FORMICT
FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação à distribuição regional das ICT, em 2012 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a região Sudeste foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 39,8% para 40,9%, seguida da região Centro-Oeste que passou de 7,4% para 8,3% e da região Norte que passou de 8,5% para 8,8%. A região Sul decresceu 1,1% passando de 23,9% para 22,8% e a região Nordeste passou de 20,5% para 19,2%.

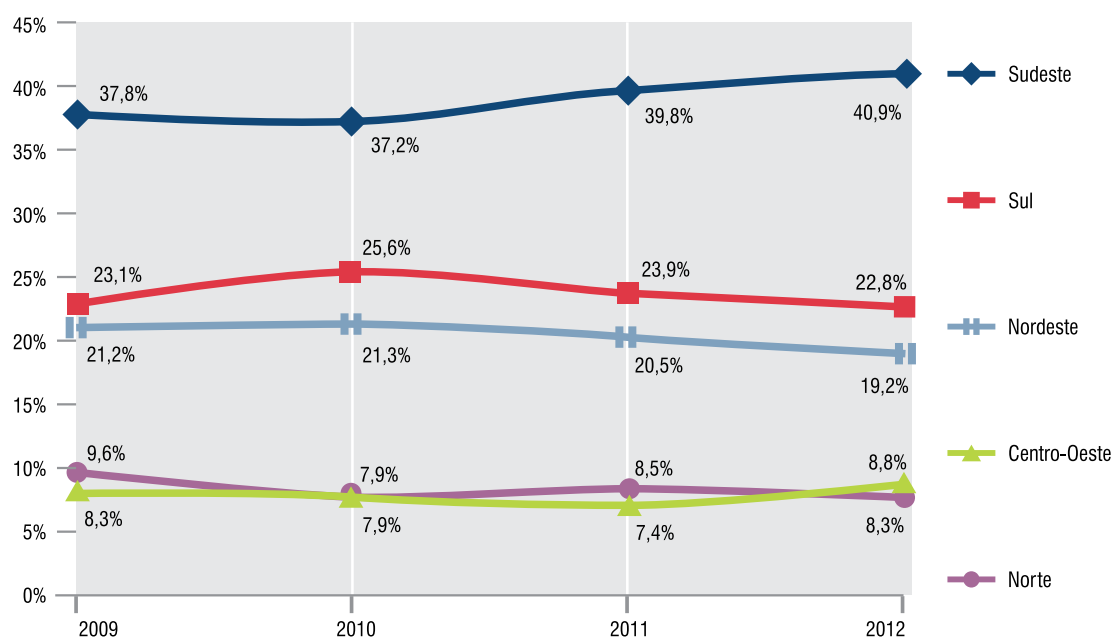


GRÁFICO 15 – COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
FONTE: FORMICT/MCTI

A implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições vem crescendo a cada ano. Comparando os dados de 2012 com o ano anterior, observou-se um adicional de 25 instituições que informaram que os seus núcleos foram “Implementados”, uma redução de 10 instituições que estavam “Em implementação” do NIT e o adicional de 2 instituições que se encontram na situação de NIT “Não Implementado”.

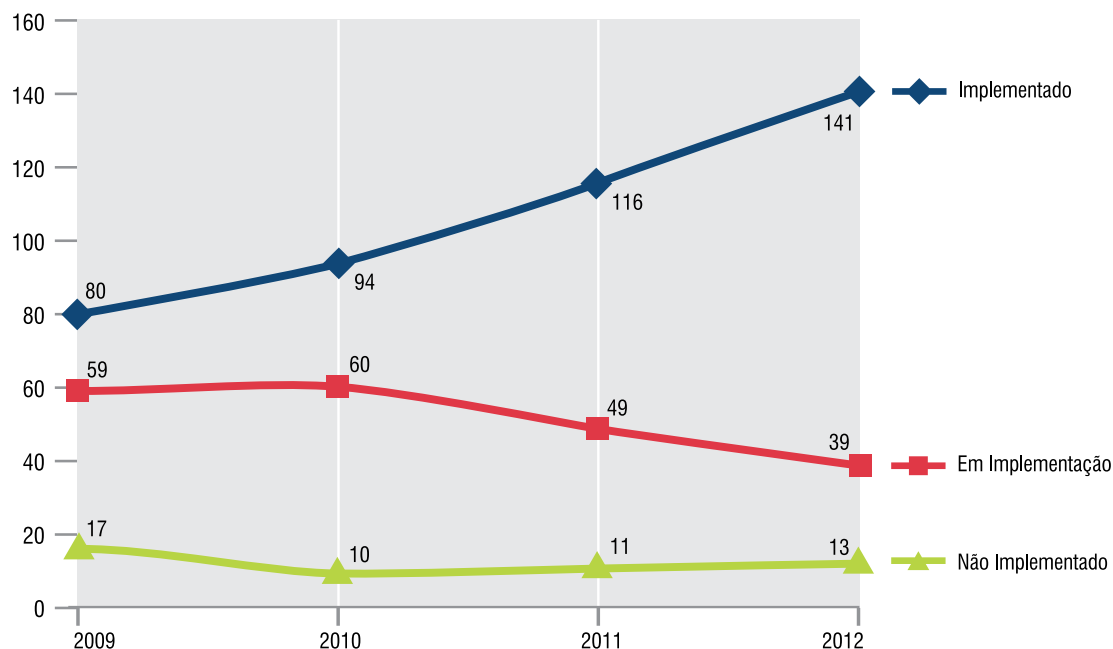


GRÁFICO 16 – COMPARATIVO DO ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NITS
 FONTE: FORMICT/MCTI

No tocante à implementação da Política de Inovação, houve um crescimento de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2011, 71,6% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Já em 2012, esse percentual foi de 68,9%.

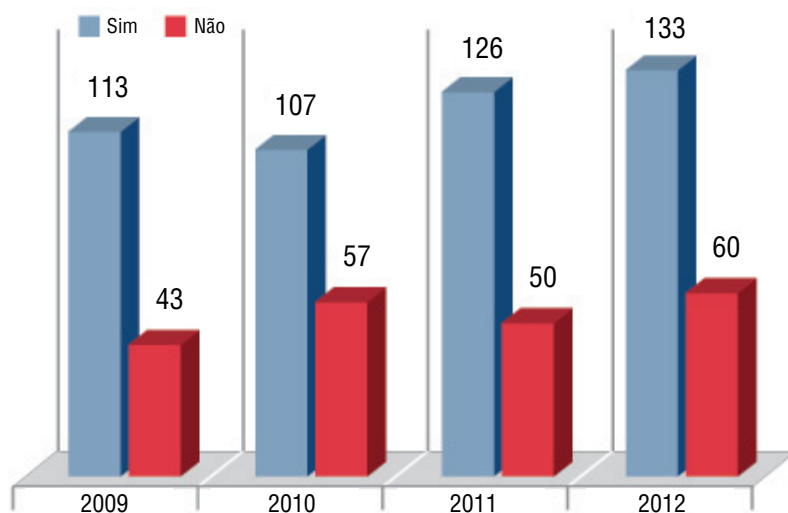


GRÁFICO 17 – COMPARATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2012 em relação ao ano anterior, observou-se um adicional de 19 instituições que declaram possuir proteções intelectuais.

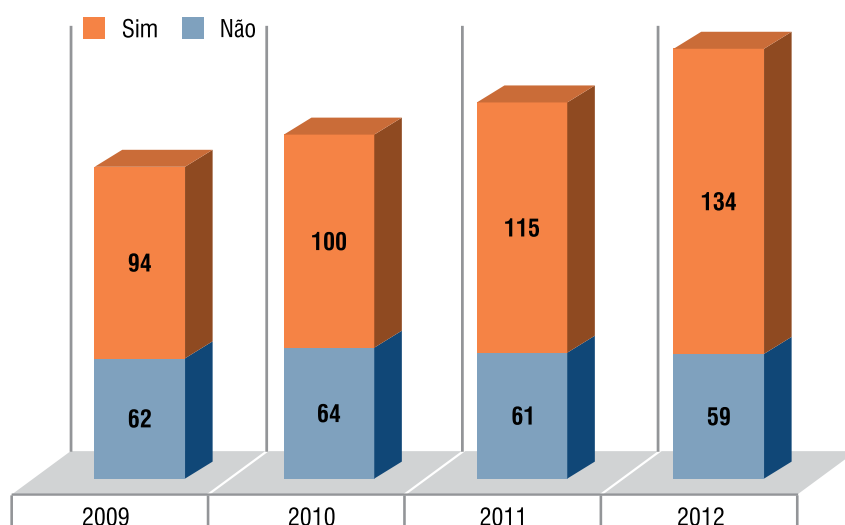


GRÁFICO 18 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES COM PEDIDO DE PROTEÇÃO
FONTE: FORMICT/MCTI

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano-base 2012 foram registrados 1769 pedidos requeridos, registrando a evolução de 10,9% em relação ao ano anterior. Com relação aos pedidos concedidos em 2012, não houve alteração significativa em relação ao ano anterior.

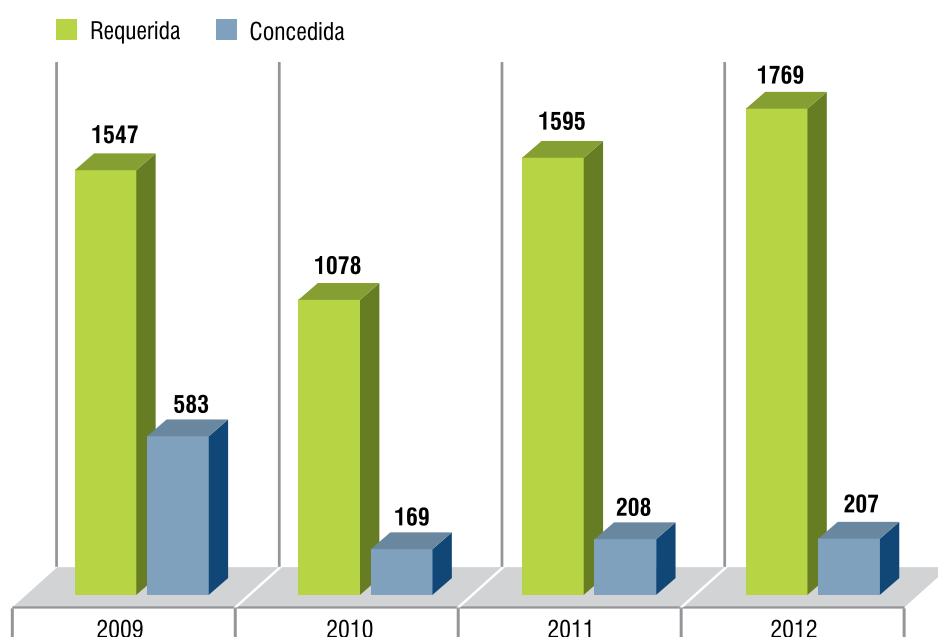


GRÁFICO 19 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO
FONTE: FORMICT/MCTI

O montante dos contratos de tecnologia tem crescido fortemente no período analisado. Observou-se que o montante de 2012 foi 30,4% superior ao de 2011, correspondendo ao acréscimo de R\$ 66,6 milhões.

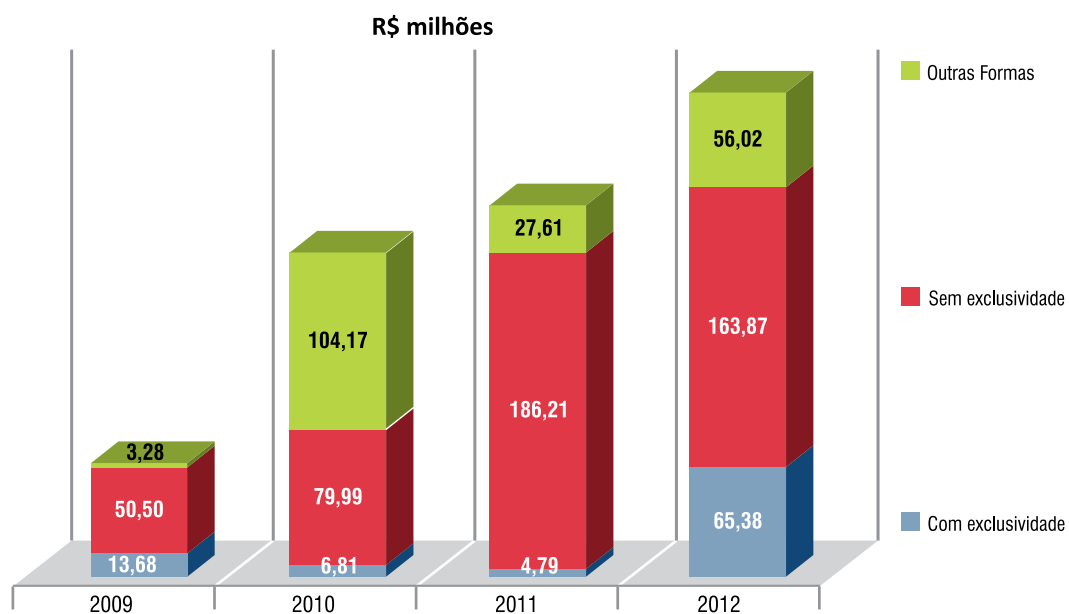


GRÁFICO 20 – COMPARATIVO DO MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA
FONTE: FORMICT/MCTI

8. CONCLUSÃO

A proteção e a comercialização de ativos intangíveis das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) adquiriu força com a edição da Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação), que trouxe o reconhecimento da participação das ICT no processo de inovação e de proteção do conhecimento.

O potencial para a participação das ICT no desenvolvimento de inovações tecnológicas ainda é significativo e são consideráveis os avanços verificados até o momento. Recentemente, as ICT passaram a incorporar conceitos antes restritos ao meio privado e ampliaram os seus horizontes de atuação. As interações entre as ICT e o setor privado também se tornaram mais frequentes e organizadas, com parcerias de médio e longo prazo.

A conscientização dessas instituições sobre a importância da proteção das tecnologias desenvolvidas e a participação na formulação de políticas públicas também vem crescendo. No ano-base de 2012, o formulário foi preenchido por 193 instituições (160 ICT e 33 instituições privadas), ou seja, um crescimento de 9,7% na participação com relação a 2011.

Apesar de apresentar crescimento significativo ano a ano, a implementação e a consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) ainda permanecem como desafios nesse processo. A quantidade de NIT implementado aumentou apenas 7,2% e suas políticas de inovação aumentaram em 5,5%. Como estabelece a Lei de Inovação, os NITs devem estar presentes em todas as ICT, mas, em muitas instituições, eles ainda não estão implementados ou necessitam de melhorias estruturais e reconhecimento interno para execução de suas atividades, incluindo a ampliação de recursos humanos para operacionalizar as suas competências. Essa ampliação pode ser observada comparando os dados de 2011 com 2012 nos quais apresentam um aumento de 21,4% nos recursos humanos. O maior responsável por esse aumento foi o quantitativo de servidores e funcionários, enquanto que o número de terceirizados e bolsistas apresentou queda. Essa pequena mudança nos índices significa uma melhor consolidação das estruturas nos NITs que passam a adquirir funcionários próprios, reduzindo a rotatividade.

Houve um incremento de 10,9% nos pedidos de proteção requerida no ano de 2012, com destaque para programas de computador que aumentou 85,2% e marcas 49,3%. Além disso, observou-se um aumento de 35,2% de contratos acompanhado de 57% de aumento nos rendimentos provenientes da transferência de tecnologia (sendo que o setor privado mais que dobrou seus rendimentos).

Pelos dados do relatório também é possível notar que há disparidades marcantes entre as instituições e que nem todas estão familiarizadas com as etapas necessárias para a participação no processo de inovação. É necessário tempo de assimilação para essas mudanças e para que as ICT possam realizar a proteção e a negociação das tecnologias desenvolvidas internamente de forma satisfatória.

Os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT do Brasil (FORMICT) têm sido fundamentais para entender a atuação das ICT no que se refere à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia e formular políticas públicas adequadas.

Assim, a formulação de políticas públicas visa uma maior geração de externalidades positivas no processo de inovação e de proteção do conhecimento (como geração de emprego, aumento do valor agregado da produção e maior surgimento de empresas *startups*), mais do que números isolados de patentes concedidas. O despertar das instituições para a necessidade de consolidação do sistema de inovação é a meta almejada. O Formict é a ferramenta utilizada para demonstrar esses avanços, ano após ano, e, também, as oportunidades de aperfeiçoamento que o sistema carece.

APÊNDICE

Lista das Instituições que preencheram o FORMICT ano-base 2012

ICT	SIGLA	UF
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS	APTA	SP
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	ITEP/OS	PE
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMATICA PURA E APLICADA	IMPA	RJ
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS/NIT-RIO	CBPF/NIT-RIO	RJ
CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS	CASNAV	RJ
CENTRO DE AVALIAÇÕES DO EXÉRCITO	CAEX	RJ
CENTRO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO	CCOMGEX	DF
CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA	CHM	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	CTI	SP
CENTRO DE TECNOLOGIA EM DUTOS	CTDUT	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	CETEM	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE	CETENE	PE
CENTRO FED. DE EDUC. TEC. CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	RJ
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MG	CEFET-MG	MG
CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO	CITEX	DF
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS	CNPEM	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO	CTMSP	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS	CTECCFN	RJ
CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	CTEX	RJ
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	CESUPA	PA
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	TO
CENTRO DE PESQUISAS EM BIONANOTECNOLOGIA	CEOSP NANOTEC	SC
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	CNEN	RJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL	DCTA	SP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO	DCT	DF
DIRETORIA DE FABRICAÇÃO	DF	RJ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	Embrapa	DF
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	EPAMIG	MG
EMP. DE PESQ. AGROPEC. E EXT. RURAL DE SC	EPAGRI	SC
FACULDADES CATÓLICAS / PUC-RIO	PUC-RIO	RJ
FLEXTRONICS INSTITUTO DE TECNOLOGIA	FIT	SP
FUND. CENTRO DE ANAL. PESQ. E INOV. TECNOLÓGICA	FUCAPI	AM
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG	Fundação Hemominas	MG
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS	CETEC	MG
FUNDAÇÃO CERTI	CERTI	SC
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CIENTEC	RS
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	SC
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	FUNED	MG
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	FHEMIG-Inova	MG
FUNDAÇÃO INSTITUTO POLO AVANÇADO DA SAÚDE DE RP	FIPASE	SP
FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ	NUTEC	CE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	RJ
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU - PTI BRASIL	PTI	PR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUB	DF
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUA	AM
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	FUNC	SC

ICT	SIGLA	UF
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	MS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	SP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	AP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	SC
FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO	FVE/UNIVAP	SP
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS	HNMD	RJ
INST. FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IF Baiano	BA
INST. FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SP	IFSP	SP
INST. NAC. METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	INMETRO	RJ
INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ	IAPAR	PR
INSTITUTO ÁRVORE DA VIDA	IAV	SP
INSTITUTO BUTANTAN	IBU	SP
INSTITUTO DE AÇÃO TECNOLÓGICA	IATdI	SP
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	IDSM	AM
INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIR. PAULO MOREIRA	IEAPM	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA	IPQM	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	IPT	SP
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ	TECPAR	PR
INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC. DA BAHIA	IFBA	BA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	IF Catarinense	SC
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	IFAL	AL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TEC. FARROUPILHA	IF Farroupilha	RS
INSTITUTO FEDERAL DE E&C&T DE BRASÍLIA	IFB	DF
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IF Sudeste - MG	MG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ	IFPA	PA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IF SERTÃO-PE	PE
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IF-PB	PB
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	IFG	GO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	MS
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA	IF-SC	SC
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - IFS	IFS	SE
INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS	IFTO	TO
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ	IFCE	CE
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	IFES	ES
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	MA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ	IFPI	PI
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	RS
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSuldeMinas	MG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRR	RR
INSTITUTO FEDERAL GOIANO	IF Goiano	GO
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS	IFMG	MG
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	RS
INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	IME	RJ
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	AM

ICT	SIGLA	UF
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	INPE	SP
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	INT	RJ
INSTITUTO NOKIA DE TECNOLOGIA	INdT	DF
INSTITUTO STELA	IS	SC
INSTITUTO VITAL BRAZIL S.A.	IVB	RJ
INSTITUTO FED DE EDUC., CIÊNCIA, E TEC. DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	MG
LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA	LNA/MCTI	MG
LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA	LNCC	RJ
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS	MAST	RJ
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	MPEG	PA
NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UFTM	NIT UFTM	MG
OBSERVATÓRIO NACIONAL	ON	RJ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC-Campinas	SP
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUCPR	PR
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS	PUCRS	RS
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA MB	SecCTM	DF
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - BA	SENAI/BA	BA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - RS	SENAI/RS	RS
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SP	SENAI/SP	SP
SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	SOCIESC	SC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	MS
UNIV. FED. DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	MG
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	Unochapecó	SC
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	RS
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	PE
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	RS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	SP
UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	SP
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	SP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	BA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	MT
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	AM
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	SC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS	UNCISAL	AL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	Unimontes	MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	Unicentro	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	MA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	UENF	RJ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	Unioeste	PR

ICT	SIGLA	UF
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	RS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	UNESP	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	MS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	UFCSPA	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL-MG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	NITT/UFCG	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MT
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	RR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	UFSJ	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	SE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC	NIT/UFABC	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	MA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Universitec	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	PI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	RN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	PA
UNIVERSIDADE FEEVALE	Feevale	RS
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	RS
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	PR

Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**

